



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS**



**Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo –
FESPSP**

Curso de Especialização em Gestão e Políticas Públicas

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO
PRIMEIRO SEGUIMENTO:** Os diálogos entre os Programas e Projetos
governamentais na perspectiva da intersetorialidade e da interseccionalidade e
seus reflexos nos espaços das unidades escolares da Semed/Manaus.

HELDEN CLAUDIO RIBEIRO

RA: 19266

Trabalho de Conclusão de Curso
que será submetido a apreciação da
banca examinadora do Curso de
Especialização em Gestão e
Políticas Públicas – Fundação
Escola de Sociologia e Política de
São Paulo.

Manaus/Amazonas

2014



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVAS _____	03
2. PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS _____	07
3. REFERENCIAL TEÓRICO _____	13
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS _____	18
5. RESULTADOS _____	20
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA _____	21
DOCUMENTOS CONSULTADOS _____	26



1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVAS

A temática escolhida foi um estudo sobre a modalidade de Educação de Jovens e Adultos na questão da gestão das políticas públicas no primeiro seguimento do ensino fundamental, para tratar sobre a possível existência ou não de diálogos entre os programas e projetos governamentais existentes na perspectiva da intersetorialidade e da interseccionalidade e seus reflexos nos espaços das unidades escolares da Secretaria Municipal de Educação - Semed/Manaus que atendem esse público.

Atualmente, é notável a existência de vários projetos, programas governamentais e não governamentais na tentativa de atender pessoas que por algum motivo na idade própria de estudo, não conseguiram iniciar ou concluir seus estudos nos primeiros cinco anos (primeiro seguimento) do ensino fundamental.

Não tem como tratar o EJA sem fazer uma reflexão histórica sobre esta modalidade de ensino e as políticas públicas voltadas para a mesma, sendo esta uma política compensatória, o nome “compensatório” já explicita que é uma forma de compensar algo, nesse caso, a educação, que no momento histórico não aconteceu.

Essa reflexão nos remota como foi a acessibilidade à educação do povo brasileiro. Nesse primeiro momento não será feito um aprofundamento, mas é importante lembrar pontos cruciais que afetaram ou afetam o processo histórico de Educação de Jovens e Adultos. A educação, no Brasil, desde o período colonial tinha um acesso *muito restrito* e só estudava naquela época quem era da “corte” ou prestava serviço a mesma, logo depois, os filhos dos donos de engenhos e/ou dos fazendeiros, os grandes latifundiários, ou seja, quem era pertencente à *classe dominante*, detentora dos meios de produção que por séculos explorou o escravos, os trabalhadores, os despossuídos, utilizando sua mão de obra barata para aumentar sua riqueza e assim, manter seus privilégios, dentre eles a educação.

Os despossuídos, ou seja, àqueles que não tinham “posses” (posse que representa riqueza ou bens materiais), sempre tendo uma carga maior de trabalho e ganhando o mínimo para sua subsistência e de sua família, ficava marginalizado dos “privilégios”, tanto da riqueza e como consequência, fora da escola, pois na época era custoso ter



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS



acesso a educação. Todo esse processo sócio histórico produziu um Estado Herdado, ou seja, uma série de *problemas sociais*, em todas as dimensões, sejam elas: de origem econômica, social, cultural ou educacional.

Hoje, o Brasil encontra um grande desafio a ser superado, transformar o Estado Herdado em um *Estado Necessário*. Entendendo o *Estado Herdado* como aquele que foi construído historicamente, durante séculos de exclusão, onde a maioria do povo brasileiro desde o período colonial e infelizmente até a contemporaneidade, vem sendo negado sua participação nas riquezas produzidas em seu país, pois é riqueza aqui será tratado como renda e a está lhe garante o acesso ao direito à vida, à liberdade, à segurança, e à propriedade, conforme à CF/1988, sem a qual não conseguirá ter acesso as mesmas.

O Estado Necessário é aquele da utopia, entendendo aqui utopia não como algo distante, impossível, ao contrário, como algo possível e necessário, o dever. Um Estado que proporcione a seus cidadãos realmente seus direitos e exija seus deveres. Lembrando essas premissas herdadas da sociedade grega que viviam em uma democracia extremamente rigorosa no sentido de amplo direito, um cidadão grego tinha direito à votar, à terra, as decisões, mas era uma democracia extremamente também *restritiva*, pois existiam milhares de pessoas que não tinham acesso aos direitos por não serem considerados cidadãos, pois eram escravos de guerra ou viajantes.

Hoje, o Brasil passa pelo seu maior período de redemocratização, 50 anos, apesar de viver um estado democrático novo, comparado com outros países que vivem a democracia por bem mais tempo. Ele vem passando por avanços e recuos nas políticas pública e mais novo ainda, é o conceito de gestão pública.

O Brasil pós-ditadura em suas estruturas de governo, sofreu vários ataques das políticas neoliberais, com objetivos claros do desmantelamento do Estado, com as vendas de empresas estatais, com a diminuição de financiamentos das políticas sociais e pela concentração de renda.

Está garantido, dentre os vários direitos sociais que os cidadãos tem, o direito à educação, conforme diz no capítulo II da CF/88, mas que na prática, vários autores questionam o Estado, mais especificamente o governo, sobre o cumprimento desse dever. E principalmente como estão sendo, hoje, aplicadas as políticas públicas



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS



educacionais para as pessoas com mais de 15 anos que não sabem ler e escrever que corresponde ao público a ser atendido pelo primeiro seguimento do ensino fundamental.

Citaremos inicialmente apenas alguns exemplos de ações, fóruns, encontros, programas, projetos governamentais e não governamentais que procuraram atender as demandas da Educação de Jovens e Adultos. Os não governamentais têm por exemplo o Movimento de Educação de Base – MEB, o Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas Educacionais – desde 1989 – NEPE, funcionando na Universidade Federal do Amazonas. Na esfera do governo federal, tem seguintes políticas públicas, como: O Projovem; Educação de Jovens e Adultos – EJA, como modalidade do ensino fundamental; Proeja; Pronatec e outros, como não é objetivo desse projeto analisar todos os programas voltados para o EJA de forma setorizada, mas sim a intersectorialidade e a interseccionalidade que existe ou não entre estes, com o foco na Educação de Jovens e Adultos enquanto modalidade do ensino fundamental.

O problema do analfabetismo com pessoas com mais de 15 anos no Brasil, no Amazonas e mais especificamente em Manaus, ainda é um percentual muito alto, comparado com outros países e principalmente com a região do Sul e Sudeste do Brasil, levando em conta o número proporcional de habitantes dessas regiões.

A perspectiva da educação para a erradicação do analfabetismo não é só uma mera questão de ler e escrever, mas sim, um resgate da cidadania, à liberdade intelectual, o acesso à cultura, a inserção social, a autoestima, o acesso à informação formal, à autonomia, é a emancipação humana. É dizer um não a uma perspectiva “anacrônica”, unilateral, apenas voltada para a formação que aliena o trabalhador para a reprodução da mão de obra barata que por séculos manteve os privilégios da classe dominante. Mas uma Educação de Jovens e Adultos que emancipe a maioria da classe trabalhadora ao que historicamente lhe foi negada.

Pois a maioria que estão nas estatísticas de analfabetos acima dos 15 anos pertencem, historicamente, à famílias da classe trabalhadora, conforme dados do IBGE (renda per capita). Herança de um Estado liberal, excludente e avassalador.

Dados da Unesco e do Banco Mundial (2014) publicaram que o Brasil está no 10º lugar do ranking mundial, em relação ao número de analfabetos. As Metas de Erradicação do Analfabetismo do Brasil que estavam estabelecidas para o ano de 2015, segundo estas publicações, o país não conseguirá atingir estas metas.



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS



Todos esses dados apontam para um questionamento sobre implementação desses projetos e programas governamentais que não tem dado conta de dá uma resposta concreta sobre o problema do analfabetismo de pessoas como mais de 15 anos.

Esse trabalho objetiva conhecer como a intersetorialidade e a interseccionalidade das políticas educacionais envolvem ou não à Educação de Jovens e Adultos no primeiro seguimento do ensino fundamental com as demais políticas educacionais para este público

2. PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS.

A política pública que trata sobre Educação de Jovens e Adultos enquanto modalidade do ensino fundamental é alvo de várias críticas, por alguns autores (), pela maneira como ela é implementada. Mas como é gerado esse público do EJA, qual é seu histórico, suas perspectivas de vida e o que a EJA lhes proporciona em relação à sua emancipação cidadã.

3. QUADRO TEÓRICO.

Segundo Dror (2010) A administração pública precisa passar por uma revolução conceitual, pois a administração pública convencional não tem dado conta das políticas públicas, até mesmo o conceito de administração pública é diferente da gestão pública, pois a primeira carrega resquícios da administração de uma empresa privada, gerencial, hierarquia vertical e burocrática, instrumentalizada para não atender os interesses públicos e gestão pública tem o cuidado com a “coisa pública”, aos serviços mais rápidos para dá conta de uma grande demanda da população, uma hierarquia horizontal, buscar mais eficiência e qualidade social. Pois nos últimos anos foi percebido os avanços nas políticas sociais e de uma nova classe média que requer atenção do Estado.

Antônio Lopes Cordeiro (2014) afirma que “o termo integração de um governo é visto na literatura brasileira, ou como a equipe que se integra a um governo, ou ainda a integração de sistemas ligados à tecnologia da informação e não como algo que expresse a transversalidade dos diversos setores e de seus temas específicos, resultando



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS



na unidade de um governo a partir de seu plano estratégico. Imagina-se que essa interpretação esteja vinculada ao próprio ato de governar.”

Antônio Lopes Cordeiro (2014) diz que:

“A integração de um governo em seu sentido mais amplo, buscando a transversalidade das políticas públicas e a participação efetiva da sociedade, exige principalmente que todos caminhem na mesma direção e para isso se faz necessário uma luta constante contra vaidades e interesses individuais, responsáveis na prática, pela manutenção das “caixinhas de poder” e do distanciamento entre os setores do próprio governo, transformando cada secretaria municipal numa nova prefeitura.”

Segundo Fernando Burgos e Sofia Reinach (2014) Conceitos como “interdepartamentalidade” e “intersecretarialidade” dizem respeito a ações que implicam na atuação conjunta de estruturas de governo. Como os próprios termos dizem, são departamentos ou secretarias que devem atuar conjuntamente para um determinado fim. Ou seja, esses termos referem-se a casos em que são determinadas estruturas gerenciais nas organizações e estas devem atuar de forma articulada. Sendo assim, com toda a complexidade envolvida nesse tipo de prática, os termos tratam de uma questão clara de base organizacional e, portanto, o seu conceito é de mais fácil compreensão.

Os autores Fernando Burgos e Sofia Reinach (2014) ainda afirmam que o termo “intersectorialidade” começa a inserir outro grau de complexidade para a sua definição e compreensão. Existem autores que tratam a intersectorialidade como algo possível de ser visto dentro do próprio governo, entendendo como “setores”, a saúde, educação, etc. No entanto, internacionalmente, as bibliografias mais comuns entendem que os “setores” a que se refere a ideia de intersectorialidade são o setor privado, setor público e terceiro setor. Ou seja, a “intersectorialidade” se referiria a práticas que envolvem atores de diferentes tipos de organizações. Por exemplo, para os autores Bryson, Crosby e Stone (2006), a intersectorialidade pode ser definida da seguinte forma: “*By crosssector collaboration, we mean partnerships involving government, business, nonprofits and philanthropies, communities, and/or the public as a whole*”³ (BRYSON, CROSBY, STONE; 2006; p.1).



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS



Que em uma tradução livre: Por colaboração intersetorial seria uma colaboração, queremos dizer parceria envolvendo o governo, as empresas, organizações não governamentais, as filantrópicas, as comunidades e o público como um todo.

O termo “transversalidade”, assim como os outros, tem sido discutido com maior profundidade no Brasil recentemente. A ideia de transversalidade é comumente utilizada para políticas de igualdade de gênero como a tradução da ideia de gender mainstreaming. Embora o uso do termo “transversalidade” esteja se tornando mais comum no Brasil, muitas dúvidas ainda pairam sobre o seu significado. A literatura que debate o tema oscila entre explicar a transversalidade como uma importação da ideia difundida na Europa de “gender mainstreaming” e o debate sobre formas alternativas de gestão pública (Bandeira, 2005; Silveira, 2004).

Porém é inegável que o histórico brasileiro apresenta um contexto próprio, de luta pela redemocratização e reestruturação do Estado, que foi determinante para o desenvolvimento das formas de gestão de políticas públicas na área de gênero. Ao realizar esse resgate, é possível verificar que o “gender mainstreaming” consegue influenciar os debates brasileiros, porém a agenda nacional traça rumo próprio ao pensar a gestão pública na temática de gênero. Nesse sentido, constrói-se no campo brasileiro uma forma de tratar a gestão das políticas baseada na perspectiva da “transversalidade” (REINACH, 2013).

Assim, a transversalidade no Brasil, tem adquirido sentido pelo uso que os gestores fazem dessa ideia. Em geral, ela está relacionada às diferentes formas de a gestão pública se organizar para lidar com problemas multidimensionais, que devem ser tratados em diferentes frentes de ação, por diversas áreas de governo, por variados atores. Com o desenvolvimento

Segundo os autores Fernando Burgos e Sofia Reinach (2014) termo “intersectoriedade” começa a inserir outro grau de complexidade para a sua definição e compreensão. Existem autores que tratam a intersectoriedade como algo possível de ser visto dentro do próprio governo, entendendo como “setores” a saúde, a educação e etc. No entanto, internacionalmente, as bibliografias mais comuns entendem que os “setores” a que se refere a ideias de intersectoriedade são o setor privado, setor público e o terceiro setor.



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS



Tendo a definição de interseccionalidade, segundo Burgos (2014) que trata de dois grupos em condições de vulnerabilidade, no nosso caso trabalhadores que conseguem o mínimo para sua subsistência e o analfabetismo de adultos que foram privados de concluírem sua formação.

Os avanços na EJA no primeiro seguimento tem se mostrado de forma muito tímida, principalmente na região norte e no Amazonas. As políticas públicas precisam caminhar em colaboração com os demais setores da sociedade.

O que foi percebido também é a diminuição das turmas de EJA no primeiro seguimento do Ensino Fundamental, por exemplo, três escolas que em 2013 ofereciam cursos em EJA em 2014 não oferecem mais. Será que é falta de demanda, pelas estatísticas não.

Interseccionalidade muito interessante, uma vez que trata de dois grupos em condições de vulnerabilidade, no caso desse trabalho desenvolve as pessoas ou trabalhadores que são os sujeitos da pesquisa oriundas da classe trabalhadoras menos favorecida e o outro problema que é a questão do analfabetismo e por consequência a não conclusão do estudo, o primeiro seguimento do ensino fundamental.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o número de pessoas com mais de 15 anos que são considerados analfabetos é de mais de 3 milhões no Brasil.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho será desenvolvido a partir de uma abordagem quanti-qualitativa, optando para o processo de investigação uma perspectiva de análise da totalidade em constante transformação, suas relações históricas e contraditórias. Os procedimentos metodológicos a serem adotados foram ponderados como processos de apropriação e desvelamento do real, por meio de aproximações sucessivas, de modo a propiciar a captação da dinâmica pedagógica e familiar, suas múltiplas determinações. Assim, esta pesquisa está estruturada, basicamente, em momentos diversos, porém interligados e complementares, conforme discriminação a seguir:



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS



PRÉ-IMPLEMENTAÇÃO: Distingue-se como momento da realização da pesquisa bibliográfica relacionadas à temática a ser pesquisada; discussão e fichamentos do material selecionado, contato preliminar com a secretaria e as escolas onde será desenvolvida o trabalho, elaboração dos instrumentais e definição dos sujeitos da pesquisa de acordo com os critérios pré-estabelecidos. Para tanto, pretende-se utilizar as seguintes técnicas:

- ✓ Leitura e fichamento de textos e obras que abordem assuntos relativos à pesquisa;
- ✓ Participação em palestras, seminários, fóruns e encontros com temáticas que discutam assuntos relacionados à pesquisa;
- ✓ Elaboração dos instrumentais de pesquisa mediante aprofundamentos teóricos, com temas que possibilitem a obtenção dos objetivos propostos para o trabalho.

IMPLEMENTAÇÃO: É o momento do trabalho de campo. Trata-se da consecução da abordagem quanti-qualitativa dos sujeitos da pesquisa, que compõem-se em quatro tipos de sujeitos:

- 1- Professores (as)** – são os docentes responsáveis por ministrar as aulas para alunos do 3º ano do ensino fundamental da Escola Municipal São Pedro;
- 2- Alunos** – refere-se aos discentes que estão regularmente matriculados no 3º ano do ensino fundamental da escola Municipal São Pedro focos da pesquisa;
- 3- Os pais e/ou responsáveis de alunos** – diz respeito aos sujeitos responsáveis pelos discentes matriculados no primeiro seguimento do ensino fundamental da escola Municipal São Pedro locus do trabalho..
- 4- Os gestores e/ou administrativos e os pedagógicos** – diz respeito aos sugestões à gestão de forma direta ou indireta, nesse último caso os pedagogos que são mais técnicos e os gestores tem a responsabilidade de gerir e fazer as coisas acontecerem.



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS



No momento descrito acima serão coletados, por meio dos instrumentais elaborados, os dados e informações para a pesquisa mediante uma estreita aproximação, considerando que a abordagem qualitativa dos sujeitos permitirá obter depoimentos e opiniões, que só a partir do contato e diálogo com os sujeitos da pesquisa podem ser obtidos. A pesquisa de campo será realizada de acordo com os seguintes instrumentos de pesquisa:

- ✓ Roteiro de análise padrão – destinado aos docentes da Escola Municipal São Pedro, a fim de obter informações gerais relacionados ao processo de aprendizagem dos alunos focos da pesquisa como: o rendimento, a frequência, comportamento etc.

- ✓ Técnicas de abordagem lúdicas – destinado aos discentes do 1º seguimento do ensino fundamental da Escola Municipal São Pedro conforme critérios a serem estabelecidos;

- ✓ Entrevista semi-estruturada – destinado aos pais e/ou responsáveis dos discentes matriculados no 1º seguimento do ensino fundamental da escola Municipal São Pedro locus do trabalho, se for necessário;

- ✓ Fazer um levantamento, conjuntamente com os gestores responsáveis diretamente pela gestão, sobre os números de turmas e alunos atendidos nos anos anteriores e atualmente.

Nesta etapa da pesquisa os instrumentais construídos serão testados (pré-teste) antes de serem aplicados, a fim de que as correções necessárias possam ser efetuadas.

PÓS-IMPLEMENTAÇÃO: Neste momento serão aplicadas as seguintes atividades: tratamento e análise dos dados/informações, preparação para a qualificação, e posteriormente a defesa da dissertação com o resultado da pesquisa. As técnicas utilizadas serão:



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS



- Construção de um banco de dados;
- Elaboração de tabelas e gráficos para demonstrar os dados coletados na pesquisa;
- Análise dos dados coletados pautada no conhecimento teórico adquirido.

Dos instrumentos e procedimentos

No presente trabalho se utilizou como instrumento metodológico os grupos focais (GF). A escolha do instrumento mencionado se justificou em função da natureza do objeto deste estudo/pesquisa, pois focaliza o cerne da temática proposta sendo que “A técnica é muito útil quando se está interessado em compreender as diferenças existentes em perspectivas, ideias, sentimentos, representações, valores e comportamentos de grupos diferenciados de pessoas” (GATTI, 2005, p. 14)

Foram realizados quatro (04) grupos focais (GF) com 05 (cinco) participantes por grupo, divididos da seguinte forma: um (01 GF) com professores, um (01 GF) com pais e/ou responsáveis e um (01 GF) com alunos e um (01 GF) com gestores.

Tabela 1. Participantes dos Grupos Focais

GRUPO	PARTICIPANTES	DATA	Duração
01	10 alunos (3º ano)	05.06.14	1h
02	5 Professores	08.06.14	1h
03	10 pais ou familiar dos alunos	12.06.11	1h
04	5 gestotes	14.06.14	1h

Para melhor realização do grupo focal contou-se com a colaboração de um auxiliar, que é pedagogo de formação, cuja participação no processo de aplicabilidade do instrumento se restringirá aos aparatos tecnológicos de gravação, anotações da dinâmica de desenvolvimento do grupo onde, ao final da realização da atividade proposta abriu-se um espaço de discussão do que fora trabalhado nos GFs.



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS



Acredita-se que tal instrumento possibilite maior proximidade com objeto e objetivos deste trabalho uma vez que incide na verificação de diferentes posicionamentos; assim o sendo, o referido instrumento tende e/ou atende a necessidade de produzir resultados mais profícuos no processo do trabalho.

RESULTADOS:

O resultado do trabalho de campo foi o seguinte, foram feitas visitas nas escolas e na Secretaria de Educação, foi observado e entrevistados os funcionários da escola e da secretaria.

Foram também acompanhadas três escolares que ano passado tinham turmas de EJA e que esse ano foram fechadas, os motivos ou justificativas que deram foram que não tinham números de alunos suficientes para manter as turmas, como vimos em um trecho das falas de um dos entrevistados. Lembrando que serão dados nomes fictícios para os participantes da entrevistas para preservar a identidade dos mesmos.

“Não existe números suficientes de alunos para manter a turma, dando muito trabalho para mantê-las.”

Foi observado que uma das justificativas para fechamento das turmas é a evasão, mas surgiu uma outra questão que é notada na fala do entrevistado que é o trecho que diz em relação **“que dá trabalho para mantê-las”**. Surgir uma questão da manutenção das turmas, situação que vemos de forma mais enfática em outra fala, descrita abaixo:

“Nós fechamos as turmas porque a secretaria pediu, desconfio que é para redução de custos, pois daria para continuar com as turmas, tivemos que deslocar professores para outras escolas.”

Pelas últimas informações que foram citadas no site da Unesco sobre que o Brasil não iria conseguir cumprir a meta até 2015 que era em diminuir em 50% o números de analfabetos no país. Isso demonstra que há ainda um número expressivo de analfabetos. Como vimos anteriormente na fala do entrevistado acima que segundo ele acha que a secretaria pode ter orientados os gestores para fechamento de turmas também em relação apenas pensando na questão de reduzir custos.

Em uma das falas de um dos ex-alunos que foram entrevistados que estudou na Escola São Pedro falou o seguinte:



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS



“Era muito bom para estudar quando tinha uma escola próximo de onde moramos, pois chegamos tarde do trabalho e cansados, mas consegui, seria bom que existisse para o anos seguintes, pois queria dá continuidade, mas não existe nem mais os anos que eu estudava e isso dificulta muito a vida do trabalhador que quer continuar seus estudos, agora não tem mais,” lamentou.

Vimos que a gestão que está na frente da secretaria de educação não tem a sensibilidade de notar a necessidade e a relevância dessa modalidade ser oferecida na escolas dentro dos bairros, não entende a questão da interseccionalidade de tratar o analfabetismo e a pobreza como uma necessidade desse erradicar o analfabetismo.

Compreendendo que a maioria das falas acima são um reflexo da maioria dos demais entrevistados e selecionamos apenas algumas já que a maioria tinha uma espécie de consenso.

Chegamos à conclusão que enquanto os gestores públicos não tiverem um olhar mais sensível com a comunidade, com a educação, com a pobreza e a comunidade também participar nas cobranças dos serviços públicos não terá um serviço público que atenda as reais necessidades do povo.

Pois os gestores públicos trabalham com uma visão estreita, gerencialista e capitalista, vislumbrando apenas os custos, esquecendo dos cidadãos que a maioria ficam marginalizados dos serviços públicos.

É necessário que se saiam das “caixas” , da burocracia , dos “muros” administrativos e se faça uma gestão inovadora, pública. Uma gestão pública que trabalhe com a transversalidade e a intersectoriedade, articulando os serviços e os programas sociais com os demais autores da sociedade (o setor público, o privado, e o terceiro setor) envolvendo as comunidades.

Encarar a política pública com interseccionalidade quando assim exigir, no caso do público do EJA, o analfabetismo e a maioria também são da classe dos despossuídos, da classe trabalhadora que vivem com o mínimo para sua subsistência.

São desafios que estão postos a gestão pública, por isso a necessidade das disputas que apresentem e efetive um programa que impacte a sociedades e suas mazelas, principalmente, as sociais, para transformar o Estado Herdado em um Estado Necessário.



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Diversidade na educação de jovens e adultos / Osmar Fávero; Maria das Graças Sá Peixoto Pinheiro (organizadores). Brasília: Liber Livro; Manaus: Adua, 2012. 240 p. (Série de Pesquisa em Educação: diferentes enfoques, 9).

Amazônida: uma Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, ano17, nº 2, jul./dez./2012 – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

Afonso, Angela Maria / A Educação de Jovens e Adultos nas Escolas Públicas Municipais do Meio Rodoviário de Manaus. UFAM, 2012.

A educação no Governo Lula / Carlos Eduardo Baldijão, Zuleide Araújo. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo,2011. 104 p.:il.-(Brasília em debate; v6)

Miranda, Alair dos Anjos Silva de / Educação de Jovens e Adultos no estado do Amazonas / Alair dos Anjos Silva de Miranda. – Manaus: EDUA, 2003. 230 p.: 21 cm.

Gestão estratégica em políticas públicas / organizadores Greiner Costa e Renato Dagnino. – Campinas, SP : Editora Alínea, 2013.

Constituição Federal - 1988



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS



OBRAS CONSULTADAS

Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE 2007

Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB

Pesquisa social : teoria, método e criatividade / Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). – Petrópolis, RJ : Vozes, 1994.